

Companhia de Capital Aberto
CNPJ nº 82.643.537/0001-34 – IE nº 250.043.106
Rua Eng.º Paul Werner, 925
CEP 89030-900 – Blumenau – SC - Brasil



NOTAS EXPLICATIVAS

DFP 2014

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A ELECTRO AÇO ALTONA S/A é uma Companhia aberta com sede em Blumenau – SC, Brasil, e tem como atividade principal e objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais. A Companhia é controlada da Companhia Werner S/A.

A Visão, Missão e Valores, fazem parte do cotidiano da gestão. Inovando e investindo no conhecimento e na tecnologia, a Companhia é reconhecida como uma das melhores do mundo no setor de fundição e usinagem por sua qualidade de processos e respeito ao colaborador - foi a primeira fundição de aço no mundo a receber a certificação internacional SA 8000, além de conquistar o ISO 9001:2008 e outros certificados.

Trabalhando em dois núcleos de peças fornecidas que são tituladas como "repetitivas", quando são feitas em série, constituindo produtos ou partes e peças e até conjuntos de peças para as empresas montadoras de equipamentos autopropulsores, ou "sob encomenda", quando são feitas sob medida para o cliente de forma não seriada, sejam isoladas ou como partes de subconjuntos, constituintes de equipamentos completos. Independentemente de serem "repetitivas" ou "sob encomenda", todas as peças são produzidas de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional e de clientes.

A Companhia assume há anos o compromisso de transformar o aço em aplicações que contribuem para o desenvolvimento global, objetivando, "Ser excelência no mercado mundial de fundidos em aço".

2. Políticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de março de 2015.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em consideração diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a estimativa de perdas com clientes e nos estoques; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para litígios e demandas judiciais; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros e o plano de assistência médica pós-emprego.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e que está em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*.

2.1 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações anuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.2 Reconhecimento de receita--continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, se aplicável.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, estão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensá-los contra o passivo fiscal e os impostos diferidos relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.3 Impostos--continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS: 7,6%
- Imposto sobre a Circularização de Mercadorias e Prestação de serviços ICMS: 7% a 18%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS: 2% a 5%
- Imposto sobre Produtos Industrializados IPI: 8% a 15%
- Instituto Nacional do Seguro Social INSS: 1%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e outros recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.4 Instrumentos financeiros--continuação

(i) Ativos Financeiros--continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--continuação

Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

<u>Desreconhecimento (baixa)</u>

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado guando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.4 Instrumentos financeiros--continuação

(i) Ativos Financeiros--continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é revogada, cancelada ou expirar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber como demonstrado na nota explicativa 5.

2.6 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo de aquisição ou produção, ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) Matérias primas custo de aquisição segundo o custo médio; e
- (ii) Produtos acabados e em elaboração custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Periodicamente a Companhia revisa a recuperabilidade de seus estoques e realiza provisão em caso de indicadores que diferem, para menos, dos valores registrados em seu ativo. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 6.

2.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.8 Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento são satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.8 Imobilizado--continuação

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9 Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.10 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil do ativo intangível da Companhia é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--continuação

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.13 Plano de benefício pós-emprego (assistência médica)

A Companhia patrocina plano pós-emprego do tipo benefício assistência médica a funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelo plano de benefício definido é estabelecido utilizando o método previsto no CPC 33 (R1).

Os compromissos atuariais com o plano são provisionados, conforme procedimentos previstos pelo CPC 33 (R1), com base em cálculos atuariais, elaborados anualmente por atuários independentes. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados (nota explicativa 11.c).

No plano de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou, de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

As contribuições devidas pela Companhia aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações da Companhia em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (nota explicativa 11.c) refere-se ao valor justo dos ativos do plano e sua realização ocorrerá até o final do plano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.14 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.15 Provisões para litígios e demandas judiciais

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, gerados no curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Ainda, quando da avaliação de risco possível, a Companhia realiza a divulgação ao mercado dos processos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.16 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

Alguns pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício de 2014. A Administração da Companhia avaliou tais normas e concluiu que tais normas e orientações não afetaram significativamente os saldos registrados pela Companhia.

2.17 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2014

As normas e interpretações emitidas relevantes em relação à Companhia, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas, o que ocorrerá quando o CPC regulamentar a aplicação destas normas no âmbito das práticas contábeis adotadas no Brasil.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada.

Melhorias anuais – Ciclo 2010-2012

Essas melhorias estão em vigor a partir de 1º de julho de 2014, não sendo esperado efeito significativo sobre a Companhia, incluindo as seguintes:

IFRS 3 — Combinação de Negócios

A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que todos os acordos de contraprestação contingente classificados como passivo (ou ativo) resultante de uma combinação de negócios devem ser subsequentemente mensurados a valor justo por meio do resultado, enquadrando-se ou não no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável).

IFRS 8 — Segmentos Operacionais

As alterações são aplicadas retrospectivamente e esclarecem que:

Uma entidade deve divulgar os julgamentos feitos pela administração na aplicação dos critérios de agregação no parágrafo 12 da IFRS 8, incluindo uma breve descrição de segmentos operacionais que foram agregados e as características econômicas (ex.: vendas e margens brutas) utilizadas para avaliar se os segmentos são "similares".

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A conciliação de ativos de segmento com o total do ativo deve ser divulgada se a reconciliação for reportada ao tomador de decisão operacional em nível de diretoria, semelhante à divulgação exigida para os passivos do segmento.

IAS 24

IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas
A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações da parte relacionada. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração.

Melhorias Anuais - Ciclo 2011-2013

Essas melhorias entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014, não sendo esperado efeito significativo sobre o Grupo, incluindo:

IFRS 15

Receitas de contratos com clientes

Emitida em maio de 2014 estabelece um novo modelo de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. A nova norma é uma abordagem mais estruturada e para a mensuração da receita e substituirá todas as atuais exigências nos termos atuais das IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil.

A Companhia ainda está estudando os possíveis impactos das novas normas, mas não se espera que essas alterações causem impacto significativo sobre a posição financeira e desempenho da Companhia. Há outras normas e interpretações emitidas e que ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras, mas que não são aplicáveis à Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia no corrente ano, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários, exceto pelas provisões no passivo e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-continuação

Estimativas e Premissas--continuação

Benefícios de Assistência Médica

O custo de planos de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial.

A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pelo menos anualmente.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	5.344	871
Aplicações financeiras	10.679	7.185
TOTAL	16.023	8.056

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97% e 99,5% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2014	31/12/2013
Mercado Interno	12.682	20.534
Mercado Externo	23.183	28.378
	35.865	48.912
(-) Ajuste a Valor Presente	(258)	(244)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(1.274)	(813)
TOTAL	34.333	47.855
Circulante	34.139	47.855
Não circulante	194	-

 a) a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do período Adições	(813) (919)	(229) (584)
Recuperações/ realizações	458	
Saldo no final do período	(1.274)	(813)
b) ciclo financeiro:	31/12/2014	31/12/2013
Duplicatas a vencer até 30 dias	13.287	14.299
Duplicatas a vencer após 30 dias	20.182	30.039
Duplicatas vencidas até 30 dias	1.164	2.234
Duplicatas vencidas há mais de 30 dias	1.232	2.340
Total	35.865	48.912

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques

	31/12/2014	31/12/2013
Produtos Acabados	5.417	2.310
Produtos em Elaboração	22.100	14.721
Matéria Prima	1.227	1.406
Materiais Auxiliares	2.146	2.552
Outros Materiais	2.386	2.190
Mercadorias em Consignação	224	241
(-) Provisão para Perdas no Estoque	(1.200)	(1.050)
TOTAL	32.300	22.370

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido.

Provisão para perda é registradas para operações destinadas ao mercado de óleo e gás onde estima-se que os estoques sejam realizados com perda. A movimentação para provisão de perda no estoque:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do período	(1.050)	-
Adições	(150)	(1.050)
Baixas	· · ·	-
Saldo no final do período	(1.200)	(1.050)

7. Tributos a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
IRPJ, CS, IPI, PIS, COFINS	7.157	6.391
ICMS, PIS, COFINS sobre o imobilizado	2.169	2.625
	9.326	9.016
Circulante	8.099	7.663
Não circulante	1.227	1.353

Os créditos serão realizados pela Companhia através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

Electro Aço Altona S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado 8.

a) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2014:

Terrenos	Edificações Próprias	Máquinas e Equipamentos	Veículos, Modelos, Moldes e Instalações	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
62.586	57.485	151.837	17.121	4.841	5.874	104	2.883	302.731
1.009	1.708	1.663	1.165	405	8.236	317	208	14.711
-	4.136	6.984	16	-	(11.136)	-	-	-
	-	(1.553)	(3)	(25)	-		(88)	(1.669)
63.595	63.329	158.931	18.299	5.221	2.974	421	3.003	315.773
	(04.040)	(00.700)	(44.000)	(0.504)		(0)	(4.040)	(100.004)
-	` '	,	, ,	, ,			` '	(133.264)
-	(1.822)	(6.757)	(631)	(316)	-	(58)	(236)	(9.820)
		1.425	1	14	-		81	1.521
-	(26.471)	(94.070)	(15.019)	(3.863)	-	(66)	(2.074)	(141.563)
62.586	32.836	63.099	2.732	1.280	5.874	96	964	169.467
	62.586 1.009 63.595	Terrenos Próprias 62.586 57.485 1.009 1.708 - 4.136 - - 63.595 63.329 - (24.649) - (1.822) - -	Terrenos Próprias Equipamentos 62.586 57.485 151.837 1.009 1.708 1.663 - 4.136 6.984 - - (1.553) 63.595 63.329 158.931 - (24.649) (88.738) - (1.822) (6.757) - 1.425	Hedificações Próprias Máquinas e Equipamentos Modelos, Moldes e Instalações 62.586 57.485 151.837 17.121 1.009 1.708 1.663 1.165 - 4.136 6.984 16 - - (1.553) (3) 63.595 63.329 158.931 18.299 - (24.649) (88.738) (14.389) - (1.822) (6.757) (631) - 1.425 1	Terrenos Edificações Próprias Máquinas e Equipamentos Modelos, Moldes e Instalações Móveis e Utensílios 62.586 57.485 151.837 17.121 4.841 1.009 1.708 1.663 1.165 405 - 4.136 6.984 16 - - - (1.553) (3) (25) 63.595 63.329 158.931 18.299 5.221 - (24.649) (88.738) (14.389) (3.561) - (1.822) (6.757) (631) (316) - 1.425 1 14	Terrenos Edificações Próprias Máquinas e Equipamentos Modelos, Moldes e Instalações Móveis e Utensílios Imobilizados em Curso 62.586 57.485 151.837 17.121 4.841 5.874 1.009 1.708 1.663 1.165 405 8.236 - 4.136 6.984 16 - (11.136) - - (1.553) (3) (25) - 63.595 63.329 158.931 18.299 5.221 2.974 - (24.649) (88.738) (14.389) (3.561) - - (1.822) (6.757) (631) (316) - - 1.425 1 14 -	Terrenos Edificações Próprias Máquinas e Equipamentos Modelos, Moldes e Instalações Móveis e Utensílios Imobilizados Arrendamento em Curso Arrendamento Mercantil 62.586 57.485 151.837 17.121 4.841 5.874 104 1.009 1.708 1.663 1.165 405 8.236 317 - 4.136 6.984 16 - (11.136) - - - (1.553) (3) (25) - - 63.595 63.329 158.931 18.299 5.221 2.974 421 - (24.649) (88.738) (14.389) (3.561) - (8) - (1.822) (6.757) (631) (316) - (58) - - 1.425 1 14 - - -	Terrenos Edificações Próprias Máquinas e Equipamentos Modelos, Moldes e Instalações Móveis e Utensílios Imobilizados Arrendamento em Curso Outros Imobilizados 62.586 57.485 151.837 17.121 4.841 5.874 104 2.883 1.009 1.708 1.663 1.165 405 8.236 317 208 - 4.136 6.984 16 - (11.136) (88) 63.595 63.329 158.931 18.299 5.221 2.974 421 3.003 - (24.649) (88.738) (14.389) (3.561) - (58) (1.919) - (1.822) (6.757) (631) (316) - (58) (236) - 1.425 1 14 - (58) 236)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--continuação

b) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2013:

				Modelos,					
		Edificações	Máquinas e	Moldes e Instalações	Móveis e	Imobilizados	Arrendamento	Outros	
	Terrenos	Próprias			Utensílios	em Curso			Tota
<u>Custo</u>									ļ
Em 31 dezembro 2012	60.236	56.517	146.959	16.594	4.521	3.590	2.300	2.486	293.203
Adições	2.350	968	4.928	599	331	2.284	104	242	11.806
Transferências	-	-	2.010	-	-	-	(2.300)	290	!
Baixas		_	(2.060)	(72)	(11)			(135)	(2.278
Em 31 dezembro 2013	62.586	57.485	151.837	17.121	4.841	5.874	104	2.883	302.731
									
<u>Depreciação</u>									
Em 31 dezembro 2012	-	(22.905)	(82.713)	(13.720)	(3.206)	-	(927)	(1.768)	(125.239
Depreciação	-	(1.744)	(6.610)	(719)	(361)	-	(69)	(192)	(9.695
Fransferências	-	-	(900)	-	-	-	988	(88)	
Baixas			1485	50	6	-	<u>-</u>	129	1.670
Em 31 dezembro 2013		(24.649)	(88.738)	(14.389)	(3.561)	-	(8)	(1.919)	(133.264
/alor líquido									
Em 31 dezembro 2012	60.236	33.612	64.246	2.874	1.315	3.590	1.373	718	167.96
Em 31 dezembro 2013	62.586	32.836	63.099	2.732	1.280	5.874	96	964	169.467

Veículos.

Foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 57 milhões em garantia do REFIS.

Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE — Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas as vidas úteis, as quais vem sendo aplicadas de forma consistentes desde 2010 conforme abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Média
Terrenos	-
Edificações e Benfeitorias	25 anos
Máquinas e Equipamentos	18 anos
Veículos, Modelos, Moldes e Instalações	10 anos
Móveis e Utensílios	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	4 anos

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A administração da Companhia revisou as vidas úteis em 2014 e 2013 e julgou não ter havido mudanças relevantes nas taxas que vem sendo aplicadas.

9. Intangível

a) Movimentação do Ativo Intangível - 2014:

	Software
Custos:	
Em 31 dezembro 2013	3.586
Adições	249
Em 31 dezembro 2014	3.835
Amortização:	
Em 31 dezembro 2013	(2.836)
Amortização	(235)
Em 31 dezembro 2014	(3.071)
Em 31 dezembro 2013	750
Em 31 dezembro 2014	764

b) Movimentação do Ativo Intangível - 2013:

	Software
<u>Custos</u>	
Em 31 dezembro 2012	3.261
Adições	325
Em 31 dezembro 2013	3.586
<u>Amortização</u>	
Em 31 dezembro 2012	(2.646)
Amortização	(190)
Em 31 dezembro 2013	(2.836)
<u>Valor contábil</u>	
Em 31 dezembro 2012	615
Em 31 dezembro 2013	750

A Companhia utiliza a vida útil definida de 5 anos para os itens de seu ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		29.868	22.594
ACC	U\$ + 3,6% a.a	6.641	-
Capital Giro	CDI + 0,2 a 0,5% a.m.	21.476	19.794
Finimp GCB696/10	U\$ + 6,40% a.a.	318	464
Finame / BNDES	5,6% a.a.	1.433	2.336
Não Circulante	_	20.600	20.257
Capital Giro	CDI + 0,2 a 0,5% a.m.	18.410	16.299
Finimp GCB 696/10	U\$ + 6,40% a.a.	-	180
Finame / BNDES	5,6% a.a.	2.190	3.778
Total	- -	50.468	42.851
Moeda nacional		32.458	33.402
Circulante	-	19.403	18.766
Não circulante		13.055	14.636
Moeda estrangeira	- -	18.010	9.449
Circulante		10.465	3.828
Não circulante	<u>-</u>	7.545	5.621
Total	_	50.468	42.851

Vencimento dos financiamentos e empréstimos:

	31/12/2014
2015	29.868
2016	14.734
2017	5.673
2018	168
2019	25
Total	50.468

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantidos por avais da Companhia Werner (acionista da Companhia) e da empresa Bellevue conforme nota 16.a e penhora de máquinas e equipamentos. Adicionalmente, estes empréstimos não têm cláusulas restritivas (covenants).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisões

11.a) Provisão para litígios e demandas judiciais

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2013
Trabalhistas	573	602	(734)	705
Tributárias	1.402	355	-	1.047
	1.975	957	(734)	1.752

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamatórias trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 573 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 705 em 31 de dezembro de 2013) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas.

Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de aproximadamente R\$ 582, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de perda da Companhia nestes processos é possível.

Tributárias

A provisão é formada principalmente por valores provisionados a título de INSS sobre verbas salariais. A Companhia discute judicialmente a não incidência de INSS sobre as verbas de auxílio doença e SEBRAE. Os valores devidos são apurados mensalmente e provisionados, sendo que o montante provisionado em 31 de dezembro de 2014, para esta causa, totaliza R\$ 1.042. O saldo restante provisionado, no valor de R\$ 360, referese a diversas causas de valores não relevantes individualmente.

Outros

Processo INSS, Terceiros e RAT sobre 1/3 das Férias

A Companhia é autora em ação ajuizada que discute a incidência do INSS sobre 1/3 das férias. O Processo teve seu trânsito em julgado favorável a Companhia em 24 de setembro de 2014, tendo a Companhia direito creditório, entre os meses de junho de 2005 a novembro de 2014, no montante de R\$ 2.420. O crédito foi reconhecido em dezembro de 2014, sendo R\$ 1.629 no grupo de contas outras receitas por se tratar do valor principal (nota 20) e R\$ 791 no grupo de contas receitas financeiras, por se tratar da atualização, SELIC (nota 21).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisões--continuação

11.b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2013
Deposito Judicial / Trabalhista	1.275	450	(13)	838

Do saldo de R\$ 1.275, R\$ 1.042 correspondem a processos ingressados para reconhecimento da não incidência de INSS nas verbas salariais referente auxilio doença e SEBRAE, conforme orientação dos consultores jurídicos da Companhia.

11.c) Atuarial

A Companhia implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos, e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 30 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Em 2011 por decisão do Conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do beneficio pós – emprego reduzindo a idade mínima passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração, resultando no incremento das obrigações atuariais.

O registro da provisão foi suportado por um estudo atuarial e a avaliação do plano adotou o método da unidade de crédito projetado, sendo que os ativos e passivos atuariais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser resumidos como segue:

a) Ativos e passivos atuariais	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	(1.905)	(1.385)
Valor justo dos ativos do plano	1.905	1.371
Ganho (Perda) atuarial		(14)

Electro Aço Altona S/ANotas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisões--continuação

11.c) Atuarial -- continuação

 b) Reconciliação do valor das obrigações atuariais 1 Valor das obrigações no início do ano 	2014 (1.385)	2013 (1.618)
2 Custo do serviço corrente	(47)	(63)
3 Juros sobre a obrigação atuarial	(168)	(160)
4 Benefício pagos no ano	21	19
5 Ganho/(perda) atuarial nas obrigações	(326)	437
Valor das obrigações no final do ano	(1.905)	(1.385)
c) Reconciliação do valor justo dos ativos		
1 Valor juros dos ativos no início do ano	1.371	1.091
2 Rendimento esperado no ano	164	105
3 Contribuições da patrocinadora no ano	21	19
4 Contribuições dos participantes no ano	-	(19)
5 Benefício pagos no ano	(21)	175
6 Ganho/(perda) atuarial nos ativos	370	-
Valor justo dos ativos no final do ano	1.905	1.371

• As despesas projetadas para o exercício de 2015 e os incorridos em 2014 e 2013:

Componentes da receita/(despesa) projetada	2014	2013
1 Custo do serviço corrente	(76)	(63)
2 Juros sobre a obrigação atuarial	(217)	(160)
3 Rendimento esperado no ano	216	105
Receita/(despesa) projetada	(77)	(118)
d) Conciliação de ganhos e perdas atuariais		
1 Ganho/(perda) atuarial líquida não reconhecida no início do ano	-	-
2 Ganho/(perda) atuarial sobre o valor presente das obrigações	(326)	(437)
3 Ganho/(perda) atuarial sobre o valor do ativo	391	(176)
4 Amortizações de ganhos/(perdas)	(65)	613
5 Ganho/(perda) atuarial líquida não reconhecida no final do ano	_	_

• As premissas atuariais utilizadas pela Companhia em 2014 e 2013 são as seguintes:

i) Premissas econômicas:	2014	2013
Taxa de desconto para obrigação Atuarial em 31 de dezembro	5,77% a.a	6,55% a.a
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,38% a.a	12,20% a.a
Incremento dos custos médicos em função do avanço da idade	3,00% a.a	3,00% a.a
Índice estimado de aumento dos Benefícios	5,30% a.a	5,30% a.a
Índice de inflação	5,30% a.a	5,30% a.a
Valor do CMM – Custo Médico Médio	2.037,58	1.731,05

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisões--continuação

11.c) Atuarial--continuação

ii) Premissas demográficas:	2014	2013
Tábua biométrica de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000

• As expectativas de pagamentos de benefícios futuros pela Electro Aço Altona projetadas pelo consultor atuarial externo são as seguintes:

Projeção 2014	Projeção 2015	
(68)	-	2014
-	(80)	2015

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é constituído de 2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 50.000 ou até o limite de 2.925 mil de ações, podendo emitir até 675 mil ações preferenciais da mesma classe existente.

b) Reservas de lucros

Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Participação estatutária dos administradores

Do lucro que remanescer será atribuído uma participação aos administradores de 10%, calculada na forma prevista no artigo 190 da Lei 6.404, a qual somente farão jus se pago o dividendo mínimo obrigatório. Para fins de demonstração financeira, este valor já está deduzido do resultado do exercício como "Participações" após a linha do Imposto de Renda.

Lucros a distribuir

Foi deliberado na AGO no dia 28 de abril de 2014 a destinação do saldo remanescente dos lucros acumulados de 2013, como segue:

i) Aprovada a proposta de Orçamento de Capital e destinado para reserva de lucros o montante de R\$ 6.370:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Aprovada a proposta de aumento do Capital Social e destinado o montante de R\$ 2.113, sem a emissão de novas ações.

O saldo remanescente de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 6.250, foi alocado à reserva de lucros a distribuir. A destinação final de tal valor será decidida em Assembleia de Acionistas a ser realizada em 28 de abril de 2015.

A administração da Companhia proporá a AGO que o saldo da reserva de lucros a distribuir, no montante de R\$ 6.250 seja utilizada para aumento do capital social da companhia mediante capitalização dos referidos lucros, aumento que se realizará sem emissão de novas ações, com base no caput e no §1° do artigo 169 da Lei 6.404/76.

c) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Dividendos mínimos propostos pela Administração sujeitos a aprovação da AGO em 2015 corresponde ao montante de R\$ 2.122, como detalhado abaixo:

	31/12/2014
Lucro líquido do exercício (desconsiderando a participação dos administradores) Realização da avaliação patrimonial Lucros acumulados remanescentes	7.522 2.055 9.577
Participação dos administradores (10%)	(752)
Base reserva legal	8.825
Reserva legal (5%)	(338)
Lucro líquido a distribuir aos acionistas	8.487
Dividendos Juros sobre Capital Próprio	(1.272) (850)
Dividendo mínimo obrigatório (25%) a distribuir	(2.122)

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no dia 11 de dezembro de 2014 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o montante de: R\$ 965 (R\$ 850, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte) correspondentes ao ano de 2014. O valor distribuído como juros sobre o capital próprio foi atribuído ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

d) Outros resultados abrangentes

O saldo é representado pelo efeito da contabilização do Plano de Benefício Pós-emprego (assistência médica), conforme nota explicativa 2.13 e 11.c (d) Conciliação de ganhos e perdas atuariais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições a pagar, apresentam a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
INSS	257	821
FGTS	338	306
Imposto de renda retido na fonte	656	526
Sesi, Senai e outros	15	357
IR e CS a recolher	-	183
	1.266	2.193
Circulante	1.266	2.116
Não circulante	-	77

14. Incentivo fiscal estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC. Programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 07 de abril de 2006. Tal incentivo se caracteriza pela concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual é utilizado à medida que a Companhia apresenta incremento dos valores devedores de ICMS apurados em suas operações. Tal crédito é utilizado para compensar até 60% do acréscimo de imposto apresentado pela Companhia, sendo concedido prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão. Os créditos utilizados mensalmente são devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total de o benefício estender-se a 168 meses. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47.000, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 houve um adendo no contrato inicial referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859, passando o total de crédito liberado para R\$ 15.359, desse montante a Companhia utilizou, até o momento, R\$ 6.599.

O saldo de crédito utilizado ainda a pagar, está abaixo demonstrado:

	31/12/2014	Amortizações	Atualizações	Prorrogações	31/12/2013
PRODEC	1.050	(420)	41	297	1.132
_	1.050	(420)	41	297	1.132
Circulante Não circulant		- 0			412 720

O cronograma previsto para as parcelas classificadas no passivo não circulante está abaixo demonstrado:

	31/12/2014
2016	307
2017	442
2018	301
Total	1.050

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15. Programa de recuperação fiscal – REFIS Federal

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no Programa, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até o final do ano de 2063. Em garantia do Programa, foram arrolados e penhorados, bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao Programa, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporados ao parcelamento à razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no Programa, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia discute também no âmbito administrativo a inclusão indevida de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social, não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que para aqueles exercícios a mesma não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.240 em 31 de dezembro de 2014.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2014	Amortizações	Atualizações	31/12/2013
REFIS	101.979	(2.336)	2.544	101.771
	101.979	(2.336)	2.544	101.771
Circulante	1.933		2.616	
Não circulante	100.046		99.155	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração foram realizadas conforme abaixo.

a) Garantias

Em garantia aos empréstimos bancários da firmados pela Companhia em 2014 e 2013, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, foram dados máquinas, equipamentos e avais. A Companhia mantém com a Companhia Werner S/A e a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças. Em 31 de dezembro de 2014, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 28,4 milhões. Durante o ano de 2014, a Companhia pagou às avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 229 (R\$ 516 em 2013), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

A administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Conselheiros e uma Diretoria Estatutária composta de um Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e um Diretor Administrativo. A Companhia tem instituído o Conselho Fiscal, com três membros e seus respectivos suplentes. Os membros da administração e do Conselho Fiscal fizeram jus à remuneração de R\$ 4.589, e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 380 por seus serviços, correspondendo o montante total com encargos de R\$ 4.969 para este ano de 2014 (R\$ 4.835 para 2013).

Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado), dentre outros. A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração, remuneração em outras categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós-emprego, exceto o descrito na Nota 11.c.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuições social

a) <u>Impostos diferidos</u>

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos como abaixo demonstrado:

	31/12/2014	31/12/2013
Crédito tributário ativo		
Diferenças temporárias	2.610	2.185
Prejuízo fiscal e base negativa	1.487	2.692
	4.097	4.877
Credito tributário passivo Valor justo do ativo imobilizado		
(deemed cost) - CPC 27	24.763	25.821
	24.763	25.821
Passivo líquido não circulante	20.666	20.944

i) Imposto de renda diferido sobre adições temporárias e prejuízos fiscais

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 que trata de tributos sobre o lucro.

ii) Prazo estimado de realização

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia acumula prejuízos fiscais num total de R\$ 3.902 (R\$ 7.446 em 2013) e base negativa de contribuição social em um total de R\$ 5.684 (R\$ 9.228 em 2013), os quais geraram os créditos tributários de IR diferido de R\$ 976 (R\$ 1.861 em 2013) e CS diferido de R\$ 511 (R\$ 831 em 2013). A realização destes créditos encontra-se suportada por estudos elaborados pela Administração. Esses estudos encontram-se fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios para 10 anos, examinados e aprovados pela Administração da Companhia, em atendimento ao exigido pela Instrução CVM 371.

A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

Ano	Estimativa compensação
2015	803
2016	684
Total	1.487

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuições social--continuação

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes dos impostos	9.065	14.584
IR/CS a alíquota de 34%	(3.082)	(4.959)
(Exclusões)/adições		
Inovação tecnológica	103	173
Incentivos fiscais	328	170
Outras diferenças	356	272
Total	(2.295)	(4.334)
Tributos correntes	(2.573)	(4.595)
Tributos diferidos	278	251
Alíquota fiscal efetiva:	25%	30%

c) Lei 12.973/2014 – extinção do Regime Tributário de Transição (RTT)

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e, concluiu pela não opção da antecipação de seus efeitos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

18. Cobertura de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários relevantes em riscos diversos, como responsabilidade civil, lucros cessantes e demais coberturas, como abaixo demonstrado:

Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos	Modalidade	Importância Segurada	Vigência até
Responsabilidade civil administradores - D&O	Danos financeiros involuntários causados por administradores	5.000	16/03/2015
Riscos diversos a máquinas e equipamentos portáteis	Roubo/quebra de máquinas e equipamentos portáteis	1.362	27/01/2015
Vida dirigentes	Indeniza morte, acidente ou invalidez dos dirigentes	2.300	25/10/2015
Vida coordenadores	Indeniza morte, acidente ou invalidez dos coordenadores	1.430	25/04/2015
Vida colaboradores	Indeniza morte, acidente ou invalidez de colaboradores	até 200 por colaborador	30/09/2015
Transporte internacional importação	Seguro de transporte ref. importação de mercadorias	Conforme valor das NFs/Faturas/Invs.	01/09/2015
Responsabilidade civil geral	Danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais e morais causados a terceiros	13.800	08/08/2015
Instalações fabris, administrativas e centros de distribuição	Incêndio, danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	74.550	05/05/2015
Lucro cessantes	Perda de receita decorrente de acidentes	122.500	05/05/2015
Veículos	Roubo, colisão, morte/invalidez de passageiros	600	20/09/2015
Responsabilidade civil ambiental	Danos Involuntários causados ao meio ambiente	5.000	03/08/2015

A cobertura de seguros foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados nas Informações em 31 de dezembro de 2014 e 2013, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

	Valor C	ontábil	Valor de N	<i>l</i> lercado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	16.023	8.056	16.023	8.056
Contas a receber de clientes	34.333	47.855	34.333	47.855
Fornecedores	5.401	6.543	5.401	6.543
Financiamentos e empréstimos	50.468	42.851	50.468	42.851

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

(i) Riscos financeiros

Riscos de moeda estrangeira

Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida

Estes riscos são oriundos da possibilidade da Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(ii) Riscos operacionais

Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanha permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--continuação

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data-base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2015 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos. A Companhia utilizou-se de fontes externas oficiais e sensibilidade interna para determinar os índices utilizados no indexador.

				(perdas) ganhos financeiros			
Operação	Risco	31/12/2014	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Capital Giro	CDI	(39.886)	(2.154)	(3.231)	(4.308)	(5.385)	(6.462)
ACC	USD + Fixo1	(6.641)	817	193	(432)	(1.056)	(1.680)
Finimp GCB696/10	USD + Fixo ²	(318)	36	6	(23)	(53)	(83)
Finame / BNDES	Fixo ³	(3.623)	(203)	(203)	(203)	(203)	(203)
		(50.648)	(1.504)	(3.235)	(4.966)	(6.697)	(8.428)
Indexador	CDI		5,40	8,10	10,80	13,50	16,20
	USD		1,33	2,00	2,66	3,32	3,99
	Fixo ¹ ACC		6,50	6,50	6,50	6,50	6,50
	Fixo ² Finimp		7,40	7,40	7,40	7,40	7,40
	Fixo ³ Finame		5,60	5,60	5,60	5,60	5,60

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Utiliza-se as mesmas premissas dos empréstimos também às aplicações financeiras:

			(perdas) ganhos financeiros					(perdas) ganhos financeiros	
 Operação	Risco	31/12/2014	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%		
Aplicações financeiras	CDI	10.679	577	865	1.153	1.442	1.730		
	:	1.0679	577	865	1.153	1.442	1.730		
Indexador	CDI		5,40	8,10	10,80	13,50	16,20		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2014	31/12/2013
Outras receitas		
Despesas recuperadas	473	102
Outras receitas	2.976	2.878
	3.449	2.980
Outras despesas		
Perdas com operações comerciais	(80)	(333)
Contratos de aval e fiança	(229)	(516)
Outras despesas	(776)	(629)
·	(1.085)	(1.478)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.364	1.502

Na rubrica despesas recuperadas está contabilizado o êxito judicial na recuperação de R\$180 referente Imposto de Renda sobre importação de serviços de países com acordo bilateral.

As principais transações reconhecidas à rubrica outras receitas refere-se a:

- Créditos fiscais programa Reintegra: referente ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, que trata do ressarcimento parcial ou integral do resíduo tributário na cadeia de produção. O incentivo obtido pela Companhia está registrado como outras receitas, no montante de R\$ 372 (R\$ 479 em 2013).
- O êxito no processo contra o INSS (nota 11.a) no montante de R\$ 1.629.

21. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	769	949
Ajustes a valor presente - AVP	1.179	1.463
Variação cambial ativa	462	3.413
Outras receitas	1.269	240
	3.679	6.065
Despesas financeiras		
Encargos	(3.476)	(5.302)
Juros incorridos – REFIS	(2.544)	(2.908)
Variação cambial passiva	(1.922)	(2.406)
-	(7.942)	(10.616)
Despesas financeiras, líquidas	(4.263)	(4.551)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Informações por segmento e reconciliação da receita líquida

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que utilizamos para avaliar o desempenho da única atividade que atuamos tanto para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas às seguintes premissas:

- a) Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos, a saber, (Repetitivos e Produtos Sob Encomenda);
- b) Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negocio de forma única e;

Informações da receita em:

31/12/2014	Receitas no	Total		
Demanda	Interno	Externo		- '
Repetitiva	84.771	20.156	104.927	53%
Sob encomenda	46.735	46.205	92.940	47%
Receita bruta	131.506	66.361	197.867	100%
Deduções receita	(24.335)	(2.207)	(26.542)	•
Impostos	(19.604)	-	(19.604)	
Devoluções e abatimentos	(3.734)	(1.669)	(5.403)	
Ajuste valor presente- AVP	(997)	(538)	(1.535)	
Receita operacional líquida	107.171	64.154	171.325	:
31/12/2013	Receitas no	Mercado	Total	
Demanda	Interno	Externo		

<u>31/12/2013</u>	Receitas no	Total		
Demanda	Interno	Externo		
Repetitiva	96.671	21.513	118.184	58%
Sob encomenda	36.421	50.073	86.494	42%
Receita bruta	133.092	71.586	204.678	100%
Deduções receita	(23.027)	(1.288)	(24.315)	
Impostos	(18.836)	-	(18.836)	
Devoluções e abatimentos	(3.010)	(656)	(3.666)	
Ajuste valor presente- AVP	(1.181)	(632)	(1.813)	
Receita operacional líquida	110.065	70.298	180.363	

Informação da receita líquida – distribuição geográfica:

	Fundidos de Aço – 2014		Fundidos de Aço – 2013			
	Repetitivos	Sob Encomenda	Total	Repetitivos So	b Encomenda	Total
Nacional	70.273	36.898	107.171	80.904	29.161	110.065
América Latina	456	6.382	6.838	733	14.780	15.513
América do Norte	12.582	35.282	47.864	16.279	29.429	45.708
Europa e Ásia	6.405	3.047	9.452	4.132	4.945	9.077
Total	89.716	81.609	171.325	102.048	78.315	180.363

A receita de dois clientes do segmento denominado repetitivo representam, individualmente, mais de 10% do total da receita líquida, localizado no mercado nacional e internacional, mais especificamente na América do norte.

Electro Aço Altona S/ANotas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

23. Despesas por natureza

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado pelas principais naturezas:

			0.1/10/00	
Custo	31/12/2014	<u> </u>	31/12/201	13
	(00.005)	00.00/	(40.000)	00.40/
Insumos diretos	(39.325)	30,9%	(43.092)	32,4%
Materiais indiretos	(8.440)	6,6%	(8.017)	6,0%
Custos com pessoal	(46.658)	36,7%	(45.444)	34,2%
Serviços de terceiros	(10.660)	8,4%	(9.843)	7,4%
Outras despesas	(22.207)	17,4%	(26.615)	20,0%
Total dos custos	(127.290)	100%	(133.011)	100%
Despesas com vendas	31/12/2014	31/12/2014		13
p				
Comissões	(5.955)	42,5%	(5.479)	45,2%
Fretes	(2.527)	18,1%	(1.709)	14,1%
Materiais	` (54)	0,4%	` (50)	0,4%
Mão de obra	(2.582)	18,4%	(2.195)	18,1%
Serviços de terceiros	(480)	3,4%	(480)	4,0%
Outras despesas	(2.413)	17,2%	(2.212)	18,2%
Total das despesas	(14.011)	100%	(12.125)	100%
Despesas administrativas	31/12/2014	4	31/12/20	13
Mataviaia	(074)	4.50/	(070)	4 50/
Materiais	(271)	1,5%	(273)	1,5%
Mão de obra	(5.241)	28,6%	(4.734)	26,8%
Locação de equipamentos	(191)	1,0%	(191)	1,1%
Honorários com encargos	(4.969)	27,1%	(4.835)	27,3%
Serviços de terceiros	(3.506)	19,2%	(3.541)	20,0%
Outras despesas	(4.130)	22,6%	(4.020)	23,3%
Total das despesas	(18.308)	100%	(17.594)	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	3.994	5.437
Lucro disponível aos acionistas ordinaristas	2.776	3.779
	6.770	9.216
Média ponderada de ações preferencialistas	1.275.000	1.275.000
Média ponderada de ações ordinaristas	975.000 2.250.000	975.000 2.250.000
Resultado básico e diluído por ação		2.230.000
Ação preferencial	3,1323	4,2639
Ação ordinária	2,8475	3,8763

As ações preferenciais não gozarão de direito de voto, respeitadas, no entanto, as disposições de lei. As ações preferenciais terão: a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária; b) preferência, em caso de liquidação da sociedade, no reembolso do capital social; c) se a Companhia deixar transcorrer três exercícios consecutivos sem a distribuição dos dividendos acima, as ações preferenciais adquirirão o direito de voto, direito esse que perderão quando forem distribuídos dividendos.

25. Processo Eletrobras

A Companhia é autora em ação ajuizada sobre o nº 99.20.05382-1 contra a Eletrobras, através da qual vem discutindo a correção monetária aplicada sobre os empréstimos compulsórios pagos pela Companhia, e que não foi respeitada pela Eletrobras no momento de restituir os valores recolhidos.

O processo foi julgado, com decisão transitada em julgado em 23 de janeiro de 2014, determinando que os valores dos empréstimos compulsórios recolhidos pela Companhia no período de janeiro de 1987 a janeiro de 1994 fossem corrigidos da forma prevista em lei. Depois de realizar os cálculos, a Companhia ajuizou Execução de Sentença (n° 5014451-55.2013.404.7205) em 18 de novembro de 2013 no valor de R\$ 14.643.

A Eletrobras reconheceu como devido em março de 2014 apenas o valor de R\$ 4.304, tendo depositado judicialmente o valor de R\$ 3.911, e cedido 57.528 (cinquenta e sete mil quinhentas e vinte e oito) ações preferenciais nominativas da classe B de sua emissão, no montante de R\$ 468 As 57.528 ações preferenciais nominativas da classe B da ELETROBRAS já estão disponíveis para a Companhia, e portanto foram reconhecidas como um ganho no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, líquido da taxa de corretagem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

25. Processo Eletrobras--continuação

Para a parte depositada em juízo a Companhia pleiteou o levantamento do valor depositado a seu favor, porém, o judiciário não determinou a expedição de alvará do valor depositado judicialmente em favor da Companhia por existir uma demanda de terceiro alegando que o crédito é de sua propriedade e não da Electro Aço Altona S.A. A Companhia somente reconhecerá o ganho relacionado a este processo quando for plenamente assegurado o direito em seu favor.

Com relação ao saldo ainda controverso de R\$ 10.339, a Eletrobras impugnou e deu ações da CEMAR em garantia à execução.

A Companhia registrou no período de doze meses como despesas de honorários advocatícios o montante de R\$ 140 referentes à parcela já reconhecida do ganho com esta ação da Eletrobras. Sob o saldo remanescente, referente à discussão em andamento, a Companhia possui honorários advocatícios pendentes, os quais serão devidos no momento do encerramento da causa, caso o desfecho seja favorável a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Membros da Administração

Diretoria

Cacídio Girardi – Diretor Presidente e Relação com Investidor

Duncan Roderick MC Kay - Diretor

Cleber Roberto Pisetta – Contador CRC-SC 025.984/O-7